



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.ª SL

Aos 16 dias do mês de junho de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **Formato misto (presencial + videoconferência)**

#### **10:00 HORAS**

1. *Audição da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, por videoconferência, «para prestar esclarecimentos sobre as metas, objetivos e calendários que têm delineados para a Rede Nacional de Cuidados Paliativos», a requerimento do CDS-PP;*
2. *Informações;*
3. *Apreciação e votação da ata n.º 76, de 9 de junho de 2021;*
4. *Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Ministro de Estado e das Finanças «sobre a contratação de profissionais de saúde e os investimentos no SNS»;*
5. *Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 1172/XIV/2.ª (PSD), que «Recomenda ao Governo a implementação urgente do Plano Estratégico Nacional de Telesaúde», e do Projeto de Resolução n.º 1331/XIV/2.ª (PS), que «Recomenda ao Governo a atualização e implementação do Plano Estratégico Nacional para a Telessaúde»;*
6. *Outros assuntos.*

---

1. Audição da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, por videoconferência, «para prestar esclarecimentos sobre as metas, objetivos e calendários que têm delineados para a Rede Nacional de Cuidados Paliativos», a requerimento do CDS-PP

A Presidente saudou e agradeceu a presença do Presidente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, Dr. Rui Sousa Silva, concedendo de seguida a palavra à Deputada Ana Rita Bessa.

A Deputada Ana Rita Bessa apresentou o requerimento do CDS-PP, saudando a recente eleição da nova Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, mas manifestando preocupação sobre o acesso aos cuidados paliativos, notando também que os planos nesta área ficaram aquém dos objetivos almejados, havendo diversas metas que não



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.ª SL

se atingiram, tendo colocado questões sobre a apresentação do próximo plano estratégico, as expectativas e as metas a atingir durante o presente biénio e sobre a redistribuição dos recursos humanos provocada pela Covid-19.

O Dr. Rui Sousa e Silva referiu que se está ainda numa fase de análise e preparação do Plano Estratégico para os Cuidados Paliativos, que tentarão apresentar o mais rápido possível. Referiu também que há cobertura a nível nacional, havendo, contudo, um maior défice no que concerne às equipas comunitárias. Reconheceu que ainda há algum trabalho por fazer, sendo necessário capacitar as equipas com recursos humanos e formação, salientando que houve recursos e equipas que foram desviados para o tratamento Covid-19, uma questão importante e que merece atenção.

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Anabela Rodrigues, que endereçou uma palavra de reconhecimento à anterior Comissão e fez o enquadramento da evolução da abordagem aos Cuidados Paliativos e os esforços feitos neste campo, colocando questões sobre a avaliação do último plano, sobre o ponto de situação na questão das demências e da pediatria, sobre o impacto nos recursos humanos da criação da especialidade em Cuidados Paliativos e sobre o encerramento de unidades durante a pandemia; António Maló de Abreu, que fez o ponto de situação sobre os meios previstos e os existentes e notou as assimetrias existentes a diversos níveis e o fraco crescimento da Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP), colocando questões sobre quais as medidas previstas e efetivamente postas em prática, a alocação de verbas para a RNCP e sobre o número de camas e equipas existentes até ao final do ano da RNCP; Moisés Ferreira, que denotou o carácter realista do Plano Estratégico, perguntando sobre a execução de diversas medidas nele previstas, sobre a colocação de equipas comunitárias nos ACE e ULS e quais os recursos que o Governo se comprometeu a libertar para esta área; João Dias, que notou o grande desafio que a Comissão tem em mãos, por ser uma questão complexa a diversos níveis, tendo colocado questões sobre a abordagem a privilegiar nos cuidados paliativos, o tratamento dado aos cuidados continuados pelo Plano Estratégico, a especialização de meios e os problemas encontrados pelos profissionais que se dedicam a esta área.

Respondeu o Dr. Rui Sousa e Silva, notando que a Comissão é composta por profissionais de várias áreas e que estão motivados para conseguir resultados. Referiu igualmente que existe uma cobertura total a nível geográfico, conseguida através da colocação estratégica das equipas, o que não é suficiente, notando igualmente a



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

evolução do conceito de cuidados paliativos, que tem vindo progressivamente a incluir mais cuidados de saúde. Mais referiu que o processo de reconhecimento da especialidade em Cuidados Paliativos está em curso e terá necessariamente de acontecer, reconhecendo também que ainda há algumas equipas com dificuldades devido à situação pandémica. No que concerne às verbas alocadas, são as previstas no PRR, sendo necessário ter as estruturas necessárias para se garantir a cobertura geográfica e efetiva da RNCP. Concluiu dizendo que no geral, a situação é melhor do que a previamente existente, embora haja ainda muito que fazer, mais referindo que os cuidados paliativos devem estar montados para responder às necessidades específicas de cada doente, um dos eixos prioritários do Plano Estratégico, a par da formação e da qualidade dos cuidados prestados. Frisou ainda que é necessário formar e sensibilizar os profissionais e a população para a importância dos cuidados paliativos.

Na segunda ronda, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Anabela Rodrigues, António Maló de Abreu, Moisés Ferreira, João Dias e Ana Rita Bessa, tendo o Dr. Rui Sousa e Silva respondido às questões suscitadas.

A Presidente agradeceu a presença e a disponibilidade do Dr. Rui Sousa e Silva, salientando a pertinência dos esclarecimentos prestados, dando de seguida a audição por encerrada.

#### 2. Informações

A Presidente informou que foi solicitado, pelo PS, o adiamento do ponto 5 da OD. Deu conta, de seguida, da programação das próximas audições: está já convocado o Coordenador da Task-force para a Vacinação, para a audição conjunta com a CEAMCOVID19 no dia 23 de junho, pelas 10h, no âmbito das audições mensais requeridas pelo PSD, aguardando-se resposta; para o dia 30 de junho, às 10h, será convocado o Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (TEPH), e, às 11h, o Conselho Diretivo do INEM, audições requeridas pelo BE, «sobre a contratação e formação dos TEPH e condições de trabalho e da frota de ambulâncias»; no dia 7 de julho, às 9h, realiza-se a 4.<sup>a</sup> audição regimental da Ministra da Saúde; para o dia 14 de julho, às 10h, será convocada a Sociedade Portuguesa de Emergência Hospitalar, audição requerida pelo PS. Mais informou que baixou à Comissão o PJP n.º 871/XIV/2.<sup>a</sup> BE, que «*Institui de forma inequívoca o princípio da avaliação mais favorável nas avaliações feitas por junta médica (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 202/96, de 23*



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.ª SL

*de outubro*)», cabendo a elaboração do parecer na generalidade ao CH, a quem será enviado. Também baixaram à Comissão os PJJ n.ºs 859/XIV/2.ª BE e 862/XIV/2.ª IL, sobre a legalização da canábis, sem votação, para nova apreciação na generalidade, por 60 dias. Fica desde já constituído um GT para este processo legislativo, cuja coordenação cabe ao PSD, aguardando-se a indicação dos Deputados que o irão integrar.

#### 3. Apreciação e votação da ata n.º 76, de 9 de junho de 2021

A ata n.º 76, de 9 de junho, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE, do PAN e do CH.

#### 4. Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Ministro de Estado e das Finanças «sobre a contratação de profissionais de saúde e os investimentos no SNS»

A Deputada Paula Santos apresentou o [requerimento do PCP](#), chamando a atenção para as perdas de profissionais de saúde no SNS, dando o exemplo do Instituto Português de Oncologia de Lisboa que perdeu, desde 1 de maio, 50 profissionais e que aguarda autorização do Ministério das Finanças (MF) para fazer novas contratações. Pensa que a retenção dos processos de contratação pelo MF, em especial quando ainda enfrentamos a pandemia, é incompreensível, pelo que é necessário obter esclarecimentos do Ministro.

A Deputada Joana Lima anunciou acompanhar o requerimento, que o PS irá votar favoravelmente, pois a audição poderá facultar dados relevantes para o debate, lembrando, contudo, que estes processos de contratação são complexos e os procedimentos morosos e que entre 2015 e 2021 aumentou o número de profissionais de saúde.

O Deputado António Maló de Abreu disse que também acompanharia o requerimento. O requerimento do PCP foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE, do PAN e do CH.

#### 5. Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 1172/XIV/2.ª (PSD), que «Recomenda ao Governo a implementação urgente do Plano Estratégico Nacional de Telesaúde», e do Projeto de Resolução n.º 1331/XIV/2.ª (PS), que «Recomenda ao



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.ª SL

#### Governo a atualização e implementação do Plano Estratégico Nacional para a Telesaúde»

Este ponto da OD foi adiado para a próxima reunião.

#### 6. Outros assuntos

A Presidente referiu que foi remetida pela DAPLEN, e distribuída a todos, a proposta de redação final do texto resultante dos PJRs n.ºs 831 e 935, ambos do CDS-PP, sobre medidas de combate ao cancro.

A Deputada Ana Rita Bessa disse aceitar parte das sugestões da DAPLEN, mas não as referentes aos n.ºs 3, 4, 11 e 13, que considera que na prática alteram algum sentido técnico.

A redação final foi assim fixada com as sugestões da DAPLEN, exceto no que diz respeito aos n.ºs 3, 4, 11 e 13 do texto em causa, que deverão manter-se como foram aprovados.

A reunião foi encerrada às 11:21 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da reunião ser acedida neste [link](#) e neste [link](#) e o vídeo/gravação da audição neste [link](#).

Palácio de São Bento, 16 junho 2021.

**A PRESIDENTE**

**(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Cristina Jesus (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Joana Lima (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Sónia Fertuzinhos (PS)  
Susana Amador (PS)  
Susana Correia (PS)  
Telma Guerreiro (PS)  
Alberto Machado (PSD)  
Álvaro Almeida (PSD)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
Moisés Ferreira (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Ana Rita Bessa (CDS-PP)  
Bebiana Cunha (PAN)  
Francisco Rocha (PS)  
João Gouveia (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Fernanda Velez (PSD)  
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)  
João Dias (PCP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

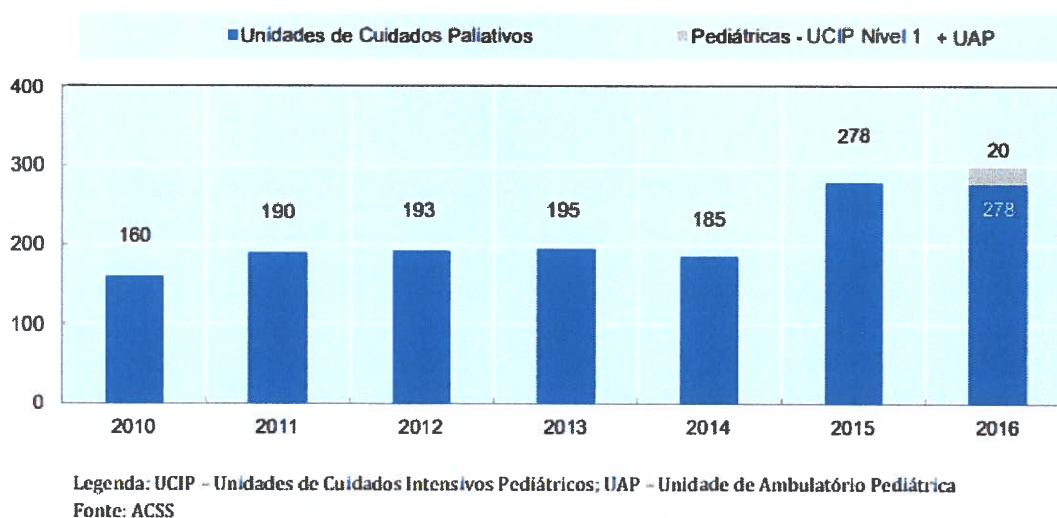
José Manuel Pureza (BE)  
André Ventura (CH)

## DECLARAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD À ATA N.º 77, DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE DE 16 DE JUNHO DE 2021

Aquando da audição do Presidente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, Dr. Rui Sousa Silva, no passado dia 16 de junho, a Senhora Deputada Anabela Rodrigues, reportando-se a uma intervenção do signatário, afirmou, designadamente que “É preciso ter alguma moral para questionar o Partido Socialista sobre os números. Queria dizer que, entre 2011 e 2014, não só não aumentaram (sic) o número de camas [de cuidados paliativos], como conseguiram diminuí-las. Eu tenho aqui os números: 190 para 185; de 2015 para 2017 houve um aumento de 100 camas, de 278 para 376...”

Nesta conformidade, tendo o signatário requerido expressamente a disponibilização dos dados oficiais referentes à evolução do número de camas de cuidados paliativos, desde 2011, vem o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dar cumprimento à referida solicitação, efeito para o qual se reproduzem *infra* os seguintes documentos:

**Gráfico 17. Evolução do número de camas e lugares em funcionamento da RNCP por tipologia**



## 7. Cuidados paliativos

A prestação de cuidados aos doentes com doenças graves e/ou avançadas e progressivas com o objetivo de promover o seu bem-estar e qualidade de vida é um elemento qualitativo.

No final de 2019, a Rede Nacional de Cuidados Paliativos dispunha de:

- 44 Equipas Intra-Hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos.
- 25 Equipas Comunitárias ou Domiciliárias de Suporte em Cuidados Paliativos.
- 28 Unidades de Cuidados Paliativos com 379 camas, das quais 213 em UCP hospitalares e 166 em UCP – RNCCI.
- 6 Equipas Intra-Hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos Pediátricas, 4 “especializadas” e 2 “não especializadas”.

(Relatório Anual do Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas - 2019, página 129)

Acresce referir que, na referida intervenção, a Senhora Deputada Anabela Rodrigues, ao ter comparado a evolução do número de camas de cuidados paliativos, entre 2011 e 2014, não se reportou à totalidade do período temporal de governação do Partido Social Democrata, já que a Legislatura iniciada em 2011 não terminou em 2014, mas sim no final do mês de novembro de 2015, razão pela qual a comparação entre aqueles dois primeiros anos não só não corresponde ao final da Legislatura em questão, como não se coaduna com a utilização da expressão “encontrámos”.

De esclarecer, finalmente, que, como o *Relatório Anual do Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas – 2016* evidencia, no último período de governação do Partido Social Democrata, o número de camas de cuidados paliativos aumentou de 190, no final de 2011, para 278, no final de 2015, o que corresponde a mais 88 camas em 4 anos, um aumento de 46,3%.

Palácio de S. Bento, 23 de junho de 2021

O Deputado Coordenador do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão de Saúde,



Declaração à ata nº 77 da Comissão de Saúde

Relativamente à ata de 16 de junho, aquando da audição do Presidente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, Dr. Rui Sousa e interpelada diretamente pelo deputado Maló de Abreu, referi-me à evolução dos cuidados paliativos, em números, que o Sr. Deputado veio rebater na altura da discussão e votação, no dia 24 num momento em que não estava presente e por isso foi pedido adiamento.

Efetivamente a declaração do sr. Deputado só veio confirmar aquilo que eu disse e o que eu disse foi que, entre 2011 e 2014, conseguiram diminuir o número de camas de cuidados paliativos, de 190 para 185. Esta é uma verdade incontornável, mesmo que possa doer e até pareça incompreensível o desinvestimento nos cuidados paliativos durante 3 anos. Mas também é verdade, como diz, que houve um aumento na reta final da legislatura, em 2015. Mas o número de camas aumentou ainda mais, como eu também afirmei, em 100 camas, entre 2015 e 2017. Quer se goste ou não de ouvir, a evidência está aí e tem sido nos períodos de Governação Socialista que se verifica uma maior aposta em matéria de cuidados paliativos, como é o caso também o aumento do número de Unidades de Internamento, de equipas intra-hospitalares, com uma cobertura de 100%, em todos os hospitais distritais, de equipas comunitárias e de equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos pediátricos.

Palácio de S. Bento, 14 de julho de 2021

A Deputada

Anabela Rodrigues